

TRABALHO E MIGRAÇÃO: O RECRUTAMENTO DE HAITIANOS NA AMAZÔNIA PELA AGROINDÚSTRIA DA CARNE DO CENTRO-SUL BRASILEIRO

Letícia Helena Mamed¹
Bolsista Prodoutoral-Capes

Resumo:

O trabalho apresenta os aspectos gerais e desdobramentos iniciais da pesquisa em curso sobre (a) o processo social de constituição do movimento internacional de trabalhadores haitianos na Amazônia Ocidental, estimados até março de 2014 em mais de 18 mil, (b) a experiência inédita do acampamento de imigrantes instalado no Estado do Acre, que os recebe, abriga, alimenta e documenta, visando o seu aproveitamento como força de trabalho, e (c) as formas de inserção deles na agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil. A principal hipótese de investigação considera que os ajustes estruturais do capital se associam às metamorfoses no mundo do trabalho e aos deslocamentos compulsórios de contingentes de trabalhadores em busca de estratégias de sobrevivência além das fronteiras nacionais. A partir do marco teórico-metodológico do marxismo, na perspectiva crítica do trabalho, o objetivo central do estudo é compreender o significado sociológico do trânsito internacional desses trabalhadores, pretendendo situá-lo no terreno concreto do desenvolvimento do capital e suas desigualdades internacionais e regionais, e ao final revelar as formas particulares de exploração do trabalho combinadas à nova configuração da acumulação capitalista, em especial no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Trabalho; Migração; Precarização; Haitianos; Amazônia; Frigoríficos.

Introdução

Os deslocamentos nacionais e internacionais de trabalhadores em geral figuram como a face visível de fenômenos estruturais nem sempre aparentes. As grandes movimentações humanas tendem a preceder ou seguir mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Elas sempre integraram a história da humanidade, mas é possível considerar que, a partir da década de 1980, houve uma ampliação dos fluxos internacionais de trabalhadores, em razão do processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), associado ao de reestruturação produtiva (ALVES, 2000).

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Bacharelado (2003) e Mestrado (2005) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); é docente do Curso de Ciências Sociais e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (CNPq-UFAC), atividades desenvolvidas no âmbito do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC). Correio eletrônico: leticiamamed@gmail.com.

No plano mais geral, os desdobramentos disso na vida social foram imediatos, tendo em vista que deliberações econômicas e políticas alteraram a organização dos trabalhadores, a forma de trabalhar, incorporaram novas tecnologias, privatizaram os bens públicos e impuseram a desconstrução dos suportes de sociabilidade. Acompanhou-se, por conseguinte, a elevação da precarização, o acirramento das desigualdades, vulnerabilidades e empobrecimento em ampla proporção (ANTUNES, 2006, 2013; CHOSSUDOVSKY, 2003; GOUNET, 1999; HARVEY, 2002; LIPIETZ, 1989; VASAPOLLO, 2005).

No quadro atual das migrações internacionais, há a configuração de novos fluxos e categorias que merecem ser investigados porque representam a síntese de situações histórico-estruturais e denunciam as da atual sociabilidade capitalista. Assim, partindo da nova morfologia social do trabalho no mundo contemporâneo (ANTUNES, 2006, 2008, 2013), a pesquisa em desenvolvimento definiu como recorte empírico para análise a problemática da migração internacional de trabalhadores haitianos, oriundos da periferia do capitalismo mundial, que em circunstâncias de clandestinidade aportam na região da Amazônia Ocidental (Estado do Acre) e nela são recrutados para integrar a linha de produção da agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil.

Apresenta-se, a seguir, o mapeamento do campo de investigação e análise até então construído pela pesquisa, contemplando as condições histórico-estruturais do Haiti, que viabilizaram a gestação de um movimento migratório particular, incluindo a chegada desses trabalhadores na Amazônia, a configuração do acampamento da precarização, que os acolhe e prepara para recrutamento das empresas capitalistas brasileiras, e as condições de inserção deles na agroindústria da carne do Centro-Sul brasileiro.

1 As veias abertas do Haiti

O Haiti é um país que vem sendo sangrado há séculos, por meio de violentos regimes escravocratas e ditaduras militares, conduzidos por colonizadores e imperialistas. (HALLWARD, 2006). Reconhecido por ter sido palco da única revolução de escravos vitoriosa na história, que derrotou o imperialismo francês, inglês e norte-americano em inúmeros levantes e enfrentamentos, o país continua sendo enquadrado pela sua tradição de luta (GALEANO, 2010). No bojo das reformas econômicas neoliberais implementadas em grande parte do chamado Terceiro Mundo, que restauram padrões coloniais de exploração, a presença da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), desde 2004,

viabiliza as condições necessárias para que a política imperialista continue a ser aplicada no país (HARVEY, 2004; [SEGUY, 2010](#)).

Desse modo, ao contrário da ajuda humanitária e da missão de paz que divulgam promover, as tropas militares, dirigidas pelo Exército Brasileiro, garantem a implantação do projeto neoliberal debaixo de armas. Com milhares de soldados, a Minustah emprega armas pesadas e atua menos na imposição da ordem contra grupos criminosos e mais em guerra civil, em um país já devastado por catástrofes socioambientais e onde favelas e miséria se intensificam. Analistas consideram inclusive que as tropas brasileiras fazem do Haiti um campo de treinamento, que serve à militarização de diversas periferias urbanas, como no caso das tropas que ocuparam recentemente favelas da cidade do Rio de Janeiro (RJ) ([COGGIOLA, 2010](#)).

Ao tempo que impede a organização social e sindical, a presença militar no Haiti protege os interesses das empresas capitalistas internacionais no país, dentre as quais estão empresas brasileiras do setor têxtil, construção civil e agroindústria (CHOSSUDOVSKY, 2013). Com a promessa de reconstrução econômica e social, com geração de empregos, empresas transnacionais conduzem uma política para transformar o Haiti em um território composto por zonas francas controladas por maquiladoras (centros industriais com isenções fiscais e ausência de direitos trabalhistas), especialmente norte-americanas, que pagam, proporcionalmente, o menor salário do mundo (GLASS, 2004; [SEGUY, 2014](#)).

Um imenso exército industrial de reserva garante a mão de obra barata e a pressão sobre os que trabalham, para que não reivindiquem reajustes. Submetidos a longas jornadas de trabalho nessas fábricas, em sua maioria terceirizadas e com condições laborais deploráveis, os haitianos recebem menos de U\$ 50,0 por mês, ou seja, menos de U\$ 2,00 por dia, assegurando a produção de mercadorias a custos mínimos para o capital, em uma região localizada na costa dos Estados Unidos (ALMEIDA, 2010).

A indústria haitiana, ainda que frágil, concentrava-se nas áreas alimentícia, siderúrgica (ferro e aço), têxtil e petroquímica (plástico e borracha). Logo após o terremoto de janeiro de 2010, o parque industrial da capital haitiana, Porto Príncipe, reabriu suas portas logo, mas sob uma nova articulação. Desde então, sua principal produção são têxteis exportados aos EUA. O Haiti apresenta hoje custos trabalhistas inferiores à China, referência mundial no assunto, no entanto, a força de trabalho haitiana não é apenas barata, mas qualificada, em razão da tradição têxtil no país. Nesse aspecto, é importante ressaltar que após o sismo também foi aprovada uma lei que regulamentou definitivamente o intercâmbio comercial entre Estados Unidos e Haiti. Forram revogadas barreiras comerciais e anistiados os pagamentos de taxas

alfandegárias, de maneira que o capital multinacional e os produtos norte-americanos asseguraram o seu livre trânsito em território haitiano (COGGIOLA, 2010).

O contexto rural haitiano, como todo o país, é muito pobre, sendo que 65% da população do país, de aproximadamente 10 milhões de pessoas, é de pequenos produtores familiares e vive em condições de extrema pobreza. A maioria dispõe de pouca terra e não possui titulação para seu uso. As políticas induzidas historicamente pelos Estados Unidos e organismos financeiros internacionais destruíram a capacidade produtiva do país, que em 1970 chegou a produzir 90% da sua demanda alimentar. Antes do terremoto o Haiti já importava cerca de 55% de todos os gêneros alimentícios consumidos; após a tragédia, a importação desses gêneros saltou para 80%. Outros dados dizem respeito à crise ambiental, que é agravante no país, devido ao uso intensivo de tecnologias nocivas e ao forte consumo de carvão, utilizado em 70% das cozinhas do país. Associado a isso também está o dado de que em todo o território resta apenas 3% da cobertura florestal nativa. (COGGIOLA, 2010).

Para revitalizar o campo haitiano, o Projeto Winner, desenvolvido pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), prevê o investimento de US\$ 126 milhões, visando a construção de uma nova infraestrutura agrícola no país e aumento de produtividade. Por seu intermédio serão distribuídas 475 toneladas de sementes da multinacional Monsanto, que pretende controlar a agricultura haitiana (GOMES, 2010). Por outro lado, os residentes no interior do país também sofrem com a pressão dos empreendimentos multinacionais de mineração e turismo de luxo, que ao se estabelecerem demandam a expulsão da população do campo.

“A corrida por ouro começou!”, disse o embaixador americano no Haiti em comunicado datado de fevereiro de 2010, vazado pelo Wikileaks um ano depois. Ele certamente se referia aos negócios que poderiam surgir em meio ao processo de “reconstrução do país”. (FRESNILLO, 2014). Inúmeras são as denúncias de que a ajuda humanitária internacional foi amoldada para renovar e aprofundar os negócios capitalistas, além de ensejo para o enraizamento da intervenção militar imperialista no Haiti. (COGGIOLA, 2010; SEGUY, 2014). Prova disso é que 76,7% do valor dos contratos concedidos pela União Europeia em seus projetos de reconstrução no país foram entregues a companhias europeias; por sua vez, os Estados Unidos cederam só 1,3% do valor contratual de seus projetos a empresas haitianas. (FRESNILLO, 2014).

Ao mesmo tempo que as agências, organizações não governamentais e empresas multinacionais impuseram a sua agenda própria ao Haiti, apenas 1% da ajuda emergencial e

16% do apoio à reconstrução foram canalizados por meio da administração haitiana para as prioridades da sociedade local.

Os chamados “projetos de reconstrução” já estavam desenhados e encontraram na conjuntura do pós-terremoto a oportunidade de angariar os recursos necessários para sua execução. No âmbito das zonas francas industriais, por exemplo, projeto principal é o Parque Industrial Caracol, inaugurado em 2012, ao custo de U\$ 257 milhões dos fundos da reconstrução, representando o maior investimento estrangeiro no país desde o terremoto (DELVA, 2012). Entretanto, ele está situado na região norte do país, a centenas de quilômetros do epicentro do sismo, em uma área que não foi afetada. Expulsaram 366 moradores de zonas férteis para construí-lo. Dos 20 mil postos de trabalho prometidos, foram criados apenas 1.388 (FRESNILLO, 2014).

Em um país com uma imensa população desempregada ou subempregada, a promessa de trabalho assume uma importância fundamental. No entanto, as contradições desse propósito se revelam quando observados mais atentamente os atuais pilares dessa reconstrução – zonas francas industriais, mineração, turismo de luxo e agroindústria para exportação –, sem a contrapartida da reconstrução social, educacional e habitacional do país. Passados quatro anos do último desastre que devastou o país, 80% da população segue vivendo abaixo da linha da pobreza e mais de 170 mil pessoas ainda moram em tendas, dispostas em acampamentos a céu aberto (FRESNILLO, 2014).

O Haiti revela, assim, o pior dos processos de colonização e imperialismo, o lado mais perverso do modo de existência capitalista, atualmente exacerbado pela agenda neoliberal: o desemprego atinge de 70 a 80% da população; 75% da população vive com menos de 2 dólares por dia; o analfabetismo alcança 90% das pessoas; não existe água e esgoto nas casas; as pessoas retiram água dos poços artesianos, carregam para casa em baldes e usam carvão para cozinhar; algumas poucas casas possuem energia elétrica, que acaba todos os dias sem nenhum aviso; andam longos períodos porque não dispõem de recursos para custear um transporte; a maior parte dos habitantes não existe oficialmente, pois não possui nenhum documento (ALMEIDA, 2010; BRITO, 2009).

2 O movimento internacional de trabalhadores haitianos

Com um processo de formação social caracterizado por sucessivas crises econômicas e políticas, acompanhadas de inúmeras intervenções e ajudas externas, o caso do Haiti é emblemático na periferia do capitalismo global. Além dos problemas socioeconômicos que se

arrastam há anos no país e aprofundam sua desigualdade estrutural, o terremoto de alta magnitude que o acometeu em 12 de janeiro de 2010 acirrou a manifestação de uma crise latente, ao atingir cerca de 3 milhões de pessoas, provocar aproximadamente 220 mil mortes e desabrigar perto de 1,6 milhão dos seus habitantes (MOZINE; FREITAS; RODRIGUES, 2012; THOMAZ, 2013).

Tendo em vista o direcionamento da política humanitária de reconstrução do Haiti, que vem priorizando os interesses do capital industrial e financeiro, em detrimento das necessidades elementares da população local, decorridos quatro anos da catástrofe, a situação permanece crítica naquele país e o número de pessoas que se deslocam em direção ao Brasil tem crescido cada vez mais. Assim, combinadas estruturalmente, mundialização da economia, reestruturação produtiva, políticas neoliberais, precarização, desigualdade e **tragédia socioambiental**, potencializaram os desdobramentos do terremoto, fortemente marcados por epidemias, desemprego, miséria e fome. A síntese dessas circunstâncias sociais concorreu para o estabelecimento de um forte movimento internacional de trabalhadores haitianos em direção ao Brasil (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b).

Compelidos pela **tragédia socioambiental** em seu país de origem e diante da dificuldade de acessar os países do capitalismo central, na América do Norte e Europa, esses imigrantes têm feito do Brasil a referência para sua acolhida. A maioria é atraída pela posição do país como um mercado econômico emergente, o que fomenta expectativas de obtenção de emprego e estabilidade. As parcerias que o governo, ONGs e empresas brasileiras vêm firmando no Haiti em projetos de desenvolvimento, sobretudo desde 2004, também têm estimulado esse direcionamento.

A região da Amazônia Ocidental (Estado do Acre) é a principal porta de entrada dos imigrantes haitianos no país. Dos estimados 21 mil que chegaram ao país após o terremoto de 2010, cerca de 18 mil teriam percorrido essa rota (_____) até março de 2014. Em média, de 30 a 50 imigrantes, entre homens, mulheres e crianças, permanecem chegando diariamente à região pela Rodovia Interoceânica, responsável pela conexão do Brasil ao Peru por meio do Estado do Acre. Inaugurada em julho de 2011, a rodovia é fruto de um dos mais ambiciosos projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), financiado por organismos financeiros mundiais e cujo propósito é flexibilizar as fronteiras para a integração econômica internacional, assegurando resultados máximos ao livre mercado, especialmente de *commodities* (CUNHA; CUNHA, 2008).

Os primeiros registros do trânsito de haitianos nas cidades acreanas de fronteira (Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia) são de dezembro de 2010, com a chegada de 37 imigrantes,

antes mesmo de a rodovia ter sido aberta oficialmente. Nos anos de 2011 e 2012 os números foram de 1.175 e 2.225 imigrantes, respectivamente. Esse número foi exacerbado no ano de 2013, quando 10.779 haitianos chegaram até a região. Mas a tendência de crescimento contínuo desse fluxo migratório permanece, vez que somente de janeiro até a metade de fevereiro de 2014, 1.921 já teriam sido registrados, montante próximo ao número total dos anos de 2011 e 2012 (_____).

O deslocamento até a Amazônia brasileira envolve uma série de redes ilegais de atravessadores e coioetes, normalmente incluindo viagens de barco ou avião do Haiti para o Panamá e Equador, para depois se dirigirem ao Peru ou à Bolívia, em trajetos percorridos de carro ou mesmo a pé, até chegarem ao Brasil. Nesse trajeto, eles pagam aos coioetes de US\$ 2 mil a US\$ 4 mil pela viagem em grupos e são vítimas frequentes de diversos tipos de extorsões, roubos, espancamentos, estupros e até mortes, situação que é agravada pela condição de indocumentados². Muitos chegam ao Acre com problemas de saúde decorrentes da longa viagem e psicologicamente transtornados, em razão da violência que sofrem no caminho por parte dos coioetes responsáveis pelo transporte ilegal. No entanto, ante o temor de serem repatriados ou da retaliação desses agentes, eles silenciam sobre os detalhes da viagem e o funcionamento dessas redes (MACHADO, 2012; MAMED; LIMA, 2013b).

Nos últimos dois anos, é notável o crescimento do número mulheres, crianças e idosos compondo os grupos que chegam ao Acre. Mas a maioria dos migrantes ainda é representada por homens jovens, de 20 a 30 anos de idade, mas há a presença de percentual significativo de imigrantes acima de 40 anos e de menores de 18 anos. De modo geral, conforme a coordenação do acampamento, o perfil do imigrante abrigado em Brasiléia é composto da seguinte maneira: 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças. (_____).

As mulheres acompanhadas de crianças buscam, em sua maioria, ir à cidade na qual seus pais e esposos já estão trabalhando no Brasil. Por sua vez, os homens chegam ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que elegem um membro para tentar trabalhar no Brasil e posteriormente ser capaz de receber outros parentes. Em geral a família procura algum tipo de financiamento para custear a viagem organizada por coioetes, como a hipoteca do que existe de bens na família, o que faz com que o imigrante haitiano chegue ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar o endividamento contraído e enviar remessas para a sobrevivência dos seus familiares que permaneceram na terra natal³. Em

² NOTA 6 bilhões. ITAAN. Acrescentar detalhes da rede de corrupção no Peru. Ver DIANA.

³ As remessas de migrantes correspondem à fração dos salários desses trabalhadores que, não utilizada por eles, é enviada aos parentes que permaneceram no seu país de origem. Assim, é possível postular a existência de uma

razão desse aspecto, o próprio Estado haitiano incentiva de alguma forma o êxodo, visando o importante fluxo econômico de remessas enviadas por imigrantes haitianos a seus parentes no Haiti (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b)

O “sonho brasileiro”, decorrente da necessidade premente de recomeçar a vida e, assim, poder ajudar a família, tende a fazer desses trabalhadores um “alvo fácil do arbítrio de organizações criminosas e dos próprios empregadores” (VILLEN, 2012, p. 06). A pesquisa tem confirmado que a aspiração de fugir da falta de trabalho no país mais pobre das Américas e migrar legal ou ilegalmente para o Brasil tornou-se um nicho de negócio no Haiti, onde despachantes, falsificadores, aliciadores, coitotes, atravessadores e negociadores tentam lucrar com o processo de agenciamento (STOCHERO, 2013). Há relatos que informam existir naquele país a venda de vistos e outros documentos falsificados, inclusive supostas facilidades que prometem acelerar a viagem. Do mesmo modo, há indícios de que agentes públicos do Estado haitiano atuam na organização de grupos e na preparação da viagem até o Brasil.

Por que o imigrante haitiano opta por vir ao Brasil ilegalmente, pagando altas quantias aos coitotes e expostos a uma série de violências, ao invés de obterem o visto em Porto Príncipe, que seria a opção menos custosa e mais segura? Segundo relatos de alguns imigrantes, além do procedimento ser bastante burocrático, eles não conseguiam reunir toda a documentação exigida pela embaixada brasileira, sobretudo o comprovante de residência e (**antecedentes criminais?**), tendo em vista que parcela significativa da população haitiana permanece residindo em habitações irregulares. Por outro lado, também são frequentes os relatos sobre a existência de redes de corrupção na embaixada em Porto Príncipe, com a cobrança de altas somas para obter o visto de forma rápida e da necessidade de se conhecer alguém de influência para conseguir o documento. Sejam essas alegações verdadeiras ou falsas, o que se percebe é que é mais simples burocraticamente e mais rápido vir ilegalmente do Haiti ou da República Dominicana para o Brasil, ainda que mais custoso e perigoso, do que tentar obter o visto em Porto Príncipe.

proporcionalidade direta entre o volume do fluxo migratório e o valor total das remessas, de modo que, quanto maior for o contingente migratório, maiores serão estas remessas. No caso do Haiti, por exemplo, as remessas dos imigrantes, especialmente dos residentes em países de capitalismo central, superam as exportações haitianas. Conforme dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2010, as remessas chegaram a representar 26% do Produto Interno do Bruto (PIB) do país, ou cerca de US\$ 1,5 bilhão. Mais de um terço da população adulta do Haiti recebe pagamentos regulares de remessas, em sua maior parte dos Estados Unidos. Com a intensificação das migrações haitianas, em 2011, o volume de remessas passou a ser de US\$ 2,1 bilhões (CEPAL, 2006; SÓNEGO, 2012).

Pelo conjunto dessas características, a imigração haitiana não parece ter suas raízes em uma decisão voluntária e individual daqueles que decidem sair de seu país e recomeçar a vida no Brasil; na verdade, pelas condições históricas e estruturais que apresenta e pela maneira como se realiza, esse fluxo sugere uma conexão direta com a conjuntura do sistema capitalista de produção e distribuição de riquezas. No caso do Haiti, país de capitalismo dependente, criou-se um imenso excedente, que, por não encontrar possibilidade de reprodução social digna de sua existência, emigra sob o espectro da miséria e da fome (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b).

3 O acampamento da precarização na Amazônia acreana

Ao chegarem à Amazônia Ocidental, debilitados após quatro ou cinco dias de viagem, sem dinheiro para prosseguir até o Centro-Sul do Brasil, e sem perspectiva de ocupação na região, eles permanecem meses abrigados em um local específico, um acampamento revelador da sua condição de precarização, improvisado e insalubre, no centro da cidade de Brasiléia (a 219 km de Rio Branco, capital do Acre). No local, a situação desses imigrantes do século XXI rememora a situação dos imigrantes irlandeses e escoceses na composição da classe proletária na Inglaterra do século XIX (ENGELS, 2010).

Em uma primeira visita exploratória de campo⁴, realizada em março de 2013, identificou-se a existência de 700 haitianos no local, incluindo 120 mulheres e 5 crianças, entre os quais um significativo número de doentes (HIV e hepatites, principalmente). O grupo também incluía imigrantes do Senegal (14), República Dominicana (7), Nigéria (2) e Bangladesh (1). Já na segunda ida a campo, em agosto do mesmo ano, a equipe de pesquisa constatou 844 abrigados no espaço, com a presença de 60 mulheres e 7 crianças. A maioria era composta por haitianos (807), mas com a presença de pessoas do Senegal (22), República Dominicana (8), Colômbia (4), Equador (1), Camarões (1) e Zâmbia (1).

Até abril de 2012, os imigrantes que chegavam ao Brasil por meio da rota consolidada pela Rodovia Interoceânica e pelo Acre vinham, exclusivamente, do Haiti, em grupos formados por homens jovens. Desde então houve o crescimento do número de idosos,

⁴ A equipe de pesquisa tem realizado sistemáticas visitas de campo à região da tríplice fronteira amazônica Brasil-Peru-Bolívia, especialmente às cidades acreanas de Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia, que compõem a rota de passagem e sediam o acampamento de permanência dos imigrantes haitianos até o recrutamento para o trabalho no Centro-Sul do Brasil. Durante essas visitas o objetivo tem sido a observação direta, a realização de entrevistas, a aplicação de questionários, a coleta de dados e o registro fotográfico do contexto social sob análise. A primeira visita aconteceu em março de 2013, a segunda em agosto e a terceira em dezembro do mesmo ano; a quarta foi realizada em fevereiro de 2014 e a quinta está planejada para ocorrer entre junho e julho deste ano.

mulheres (com filhos, gestantes e desacompanhadas), crianças, famílias e até pessoas doentes. Além disso, uma situação nova tem sido a chegada de imigrantes de outros países ao acampamento. Em torno de 16 diferentes nacionalidades já passaram pelo local, todos igualmente vítimas do aliciamento de coiotes.⁵ Esse novo perfil de imigrante é representado especialmente por aqueles advindos do continente Africano, que têm dificuldade para se comunicar com os demais estrangeiros abrigados no local e com os funcionários públicos encarregados do atendimento ao estrangeiro na cidade e na administração do acampamento (_____).

Nos dois primeiros meses de 2014, houve um considerável crescimento no número de imigrantes senegaleses, o que faz deste o segundo maior grupo de estrangeiros presentes no Acre. De acordo com a administração do acampamento, de abril a dezembro de 2013, 589 imigrantes, em média dois por dia, chegaram ao acampamento de Brasiléia. Já de janeiro a fevereiro de 2014, esse número já era de 366 senegaleses, com média de chegada de sete por dia e perspectiva de franco crescimento. A rota percorrida por eles segue, em geral, um percurso que inicia de avião, em Dakar, capital e a maior cidade do Senegal, realiza uma escala na Espanha e de lá prossegue para o Equador. Ao chegarem em Quito, capital equatoriana, eles passam então a seguir a mesma rota dos haitianos até o Acre, na tríplice fronteira do Brasil-Peru-Bolívia. Os senegaleses justificam suas motivações para vinda ao Brasil por conta das oportunidades de trabalho abertas pela Copa do Mundo e Olimpíadas, o conhecimento da rota e da história que os haitianos vêm construindo no país, assim como as experiências de compatriotas que já se consolidaram no país.

Entretanto, no cotidiano do acampamento instalado no Acre, o encontro e a convivência entre imigrantes de diversas nacionalidades nem sempre é cordial e solidário. Há, por exemplo, uma grande disputa entre haitianos e senegaleses por atenção, território e comida, o que gera brigas ocasionais entre os grupos. Com diferenças econômicas, culturais e religiosas

⁵ De acordo com informações da administração do acampamento em Brasiléia e em conversas com os imigrantes, a pesquisa registrou durante as duas últimas visitas de campo que parcela significativa dos haitianos que têm chegado ao Brasil vivia e trabalhava na República Dominicana, onde são comuns os casos de racismo e privação de direitos praticados contra eles. Alguns desses imigrantes nasceram na própria República Dominicana, tendo ascendência haitiana. A situação desse grupo é especialmente preocupante em razão da recente decisão do Tribunal Constitucional dominicano, de setembro de 2013, que suspendeu a nacionalidade de todos aqueles nascidos a partir de 1929 em país estrangeiro e que não sejam capazes de comprovar sua condição migratória regular. Dados da Anistia Internacional informam que essa medida já teria resultado na perda da nacionalidade dominicana de mais de 250.000 pessoas, sendo a maioria de haitianos, que passaram à condição de apátridas. A Anistia Internacional também explica que a situação não é nova, vez que, desde 2007, o governo nega o documento de identidade aos dominicanos de família haitiana, privando essas pessoas de trabalharem, casarem, votarem e até ingressarem na escola. (ADITAL, 2014). Nesse contexto, muitos haitianos se viram sem a possibilidade de seguir para o Haiti, país no qual muitos nunca estiveram, e decidiram buscar no Brasil a alternativa para uma vida socialmente digna. Sobre o fenômeno do anti-haitianismo na República Dominicana, consultar Scamaral (2006).

bem demarcadas, o contato entre esses grupos tem exigido atenção especial da administração do acampamento, que inclusive tem requisitado reforço policial para o interior do local.

Esses desentendimentos e conflitos existentes no interior do acampamento tendem a aumentar principalmente nos momentos de superlotação, quando o temor da falta de água, comida, espaço e a própria concorrência pelas vagas de trabalho afligem os imigrantes e os colocam em disputa entre si. A permanência diária no local gira em torno de 500 e 1000 imigrantes, sendo que a sua capacidade é para apenas 200 ou no máximo 300 pessoas. O abrigo está atualmente em seu sexto endereço na região, pois tem sido necessário um espaço cada vez maior para acomodar o contingente recebido de pessoas diariamente.

São 200 m², com teto de zinco e lonas plásticas servindo de cortina. O esgoto corre a céu aberto e a temperatura chega a 40C°. Por meio de parceria dos governos federal e estadual, ainda que sob constantes críticas e ameaças de suspensão da ajuda, no local os imigrantes têm acesso a água, três refeições diárias e a serviço de saúde⁶. O improvisado do local se acentua pela maneira como são dispostos os desgastados colchões pelo espaço. Esses pedaços de espuma são colocados diretamente no chão, amontoados uns sobre os outros, enfileirados, em contato direto com o piso, expostos a todo tipo de sujeira, restos de comida, poeira, acúmulo de água, baratas, ratos, moscas e outros insetos. Ainda que se tente organizar o acampamento, delimitando a área para refeições, banho, sanitários e dormitórios, no dia a dia, a intensa demanda, associada ao improvisado, faz com que esses ambientes constituam uma única área.

Dentro do próprio acampamento está presente uma estrutura mínima de serviço público brasileiro, que atende o imigrante, organiza e monitora o espaço, prestando informações e orientações. Logo na entrada local existe uma espécie de escritório, improvisado em um *trailer*, onde atuam dois servidores públicos encarregados do atendimento. Um deles, denominado de coordenador do acampamento, é servidor público estadual, vinculado à Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), e acompanha a situação desde os primeiros registros de haitianos em solo brasileiro e acreano. Ele representa o Estado dentro do acampamento e corresponde a única autoridade que os imigrantes reconhecem diretamente. O outro funcionário, encarregado de auxiliar a coordenação, é servidor público municipal, cedido pela Prefeitura de Epitaciolândia (cidade contígua a Brasília). Ele atua no atendimento aos imigrantes, concentrando-se no cadastro, controle de entrada e saída do local e na elaboração dos relatórios administrativos repassados à Sejudh, em Rio Branco.

⁶ NOTA. ACRE DECERTA ESTADO DE EMERGÊNCIA PELOS HAITIANOS.

Esses dois agentes são os únicos responsáveis pela organização, recepção, cadastro, encaminhamento e controle do público que passa pelo acampamento. Eles cumprem jornada de trabalho diária de 8 a 10 horas, mas permanecem sempre de sobreaviso para atender as eventuais emergências do local, incluindo finais de semana e feriados. Ambos não possuem formação profissional ou treinamento específico para lidar com a problemática. No entanto, conseguiram construir, ao longo dos quase quatro anos desse movimento intenso pela região, formas de atuação e mesmo de comunicação com os estrangeiros.

A política migratória brasileira, no caso específico da comunidade haitiana, que já corresponde ao maior fluxo de estrangeiros para o país, atua de modo bastante específico. A Resolução nº 97/2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), definiu os contornos dessa atuação. Conforme a norma, por razão humanitária considera-se o “agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto de 2010” e o visto “tem caráter especial”, sendo válido por cinco anos, podendo ser renovado se o imigrante provar sua condição trabalhista regular no Brasil.

Desse modo, o país não impede a entrada deles em seu território, mas nega a condição de refugiado que eles solicitam. Todos os abrigados no acampamento de Brasília, por exemplo, são oficialmente solicitantes de refúgio, por orientação do próprio governo brasileiro, que, após seis meses de análise dos pedidos, prorrogados por mais seis meses, nega a concessão dessa condição a eles. Em território nacional, os haitianos recebem um documento especial, chamado de “visto de permanência provisória por motivos humanitários”, com duração de cinco anos, que os retém em uma condição de imobilidade e precariedade. Trata-se de um arranjo legal da política brasileira que evita a deportação dos imigrantes que chegam ao país, vez que a lei proíbe a deportação de solicitantes de refúgio durante o período de tramitação do pedido. O imprevisto e as contradições dessa política questionam o discurso governamental, que recebe, abriga e documenta, mas não assegura a permanência e proteção definitivas desses trabalhadores.

Após a viagem do Haiti até a Amazônia Ocidental, os imigrantes são recebidos no acampamento em Brasília, são cadastrados pela coordenação do local e recebem as instruções sobre o procedimento para legalização da sua situação e retirada da documentação mínima para transitar e trabalhar no território brasileiro. Primeiramente eles se dirigem à Delegacia da Polícia Federal, onde apresentam o passaporte, passam por uma entrevista e solicitam refúgio; com o comprovante desta solicitação e uma autorização da PF, eles se dirigem ao Posto dos Correios para ingressar com o pedido de CPF; depois procuram o escritório do Ministério do Trabalho e Emprego na cidade para retirar a Carteira de Trabalho.

A documentação fica pronta em um prazo mínimo de 15 dias, tornando-os aptos a trabalhar e seguir viagem⁷. Com a documentação em mãos, os imigrantes aguardam ansiosamente as empresas que chegam a Brasília e os recrutam para trabalhar no Centro-Sul do Brasil. Eventualmente, quando eles conseguem receber algum recurso enviado pela família que ficou no Haiti ou por parentes e amigos que já estão trabalhando em alguma parte do mundo, viabilizando redes de contatos, eles próprios organizam a saída do Acre.

Os imigrantes senegaleses, ainda que não amparados pela política voltada para os haitianos, também solicitam refúgio ao chegarem em Brasília. Na avaliação deles, os seus documentos demoram mais tempo para serem emitidos, as empresas contratantes priorizam os haitianos e eles contam com menos atenção do governo federal para as suas demandas. De acordo com informações da Polícia Federal, a entrada livre de haitianos é uma situação excepcional da política brasileira, de maneira que muitos dos senegaleses que tentam entrar no país pela fronteira são barrados pelo próprio aparato policial por não possuírem visto. Mesmo assim, eles acabam entrando no país por vias alternativas, conduzidos ou orientados por coíotes, que exacerbam os valores cobrados para assegurar a sua entrada.

O imprevisto e a precariedade da política de recebimento, abrigo, documentação e assistência desses imigrantes não têm apenas comprometido uma inserção segura deles na sociedade brasileira. Na verdade, isso tem sobrecarregado as pequenas cidades gêmeas de Brasília e Epiaciolândia, com pouco mais de 20 mil e 15 mil habitantes, respectivamente. Com modesta economia e dependentes do repasse de recursos federais, os dois municípios sofrem o impacto desse intenso movimento na região. Tendo em vista a frágil estrutura dos serviços públicos locais para o atendimento dos seus moradores, ao longo dos últimos quatro anos, esta mesma estrutura precisou acomodar o atendimento dos imigrantes. Assim, a comunidade se sente ressentida pela histórica falta de atenção do poder público aos problemas locais, especialmente quando acompanha a mobilização de esforços institucionais e financeiros para gerenciar a passagem dos estrangeiros pela região.

⁷ No caso das crianças que chegam sem os pais, acompanhadas por algum parente, como primos ou tios, o procedimento de documentação é específico e mais demorado. A documentação apresentada pelo imigrante no acampamento é encaminhada ao Conselho Tutelar e liberada após a comprovação dos laços familiares e da concessão de um termo de responsabilidade legal ao acompanhante do menor. Os casos de crianças desacompanhadas são ainda mais preocupantes, pois elas só são autorizadas a sair quando algum familiar comprovado compareça e se responsabilize, o que em alguns casos pode se prolongar indefinidamente. A pesquisa acompanhou um caso dessa natureza, de um menor haitiano, apreendido pela Polícia Federal em abril de 2013, tentando embarcar em Rio Branco com destino a Macapá (AP), sem documentos e desacompanhado de seus responsáveis legais. Desde então, por ordem judicial, o menor permanece em um abrigo público para crianças e adolescentes na região de fronteira, aguardando que algum familiar possa resgatá-lo.

Isso vem estimulando reações adversas de hostilidade, permeadas por preconceito social e de raça. Em entrevistas realizadas com os representantes dos mais diversos segmentos sociais da região, a pesquisa constatou que a maior parte é contrária ao atendimento, acolhida e ajuda prestada aos imigrantes. No primeiro momento da passagem deles pela fronteira, era distinto o aspecto humanitário do acolhimento. Contudo, diante dos anos de prosseguimento de uma política improvisada e de funcionamento precário do acampamento, a população foi alterando sua percepção sobre a situação. Com os moradores locais, os imigrantes disputam diariamente por vagas nas filas dos postos de saúde, agências bancárias e demais serviços. Mesmo os comerciantes, que eventualmente têm os imigrantes como clientes, reclamam da excessiva presença deles na região.

As tensões entre os imigrantes e a comunidade local também tendem a se intensificar nos momentos de superlotação do acampamento, vez que a consequência imediata é a sobrecarga dos serviços públicos para atendimento da ampla demanda. Em geral, quando isso acontece, a repercussão da situação na mídia local e nacional recobra do governo federal e estadual uma atuação mais específica. Eles então adotam como alternativa paliativa a aquisição de passagens rodoviárias para levar os imigrantes a cidades do país onde teriam amigos ou parentes que possam acolher e encaminhá-los para postos de trabalho. Segundo a administração do acampamento em Brasiléia, a preocupação governamental é o crescimento diário da população imigrante na proporção da incapacidade institucional para cuidar deles. A isso é importante acrescentar a especificidade do contexto hoje configurado na região e dentro do próprio acampamento, suscetível a tensões, conflitos e emergências sanitárias.

Em janeiro deste ano, por exemplo, houve diminuição na procura de empresas por trabalhadores no acampamento, situação corrente para a época do ano, o que fez a ocupação do espaço logo chegar a 1,2 mil pessoas. À época, em parceria, os governos federal e estadual adquiriram 500 passagens e selecionaram os imigrantes com melhores perfis e condições para seguir viagem até o Centro-Sul brasileiro⁸. Tendo em vista que a dinâmica de contratações no acampamento se manteve recuada entre janeiro e fevereiro, semanas após a saída de 500 imigrantes, o número já havia subido novamente para mais de 1.000 no abrigo, com entrada diária média de 30 a 50.

Mais recentemente, entre março e abril deste ano, por causa da cheia do Rio Madeira e a inundação de trechos da rodovia que leva até Rondônia, o Acre permaneceu isolado do restante do país, por via terrestre, durante várias semanas. Em virtude disso, a superlotação do

⁸ NOTA. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AMPLIADA PELO GOVERNO.

acampamento de imigrante em Brasília chegou ao seu maior máximo: 2,3 mil. De acordo com a Sejudh, todos os imigrantes se encontravam documentados e muitos inclusive com contatos de trabalho já realizados, mas permaneceram retidos por falta de tráfego na rodovia federal. Por outro lado, o desabastecimento de alimentos e combustíveis em todo o Acre repercutiu ainda mais na situação do acampamento, pois a empresa encarregada do fornecimento das refeições aos imigrantes não conseguiu atender a demanda e os contornos da crise se acentuaram. Diante disso, os governos federal e estadual organizaram uma operação emergencial para retirar imigrantes do território acreano. A operação consistiu na retirada de 800 imigrantes selecionados, que foram transportados de Brasília até o aeroporto de Rio Branco, e de lá para Porto Velho, pelos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB); do Estado de Rondônia eles seguiram em viagem rodoviária para outras regiões brasileiras (MACHADO, 2014)

No plano mais geral, o intenso fluxo de estrangeiros na região tende a estar associado às mudanças ocorridas nos setores da indústria e de serviços do Brasil, acompanhando o desenvolvimento destes, que faz gerar grandes demandas por mão de obra, especialmente por aquela de perfil menos qualificado. Assim, as vias desse circuito e as redes que se estruturam a partir dele podem gerar, em parte, a mediação pela qual ocorre essa grande afluência de imigrantes. Nesse sentido, desde a estruturação do acampamento em Brasília, diversas empresas estabeleceram contato e vêm contratando a disponível força de trabalho imigrante.

De acordo com os registros da administração do abrigo, as que mais recrutaram estrangeiros nesses quase quatro anos de acampamento foram as da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e, principalmente, da agroindústria da carne, estabelecidas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O perfil do estrangeiro selecionado por elas é muito específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização. Desse modo, os imigrantes sem esse perfil têm mais dificuldades de recrutamento, como é o caso dos idosos, doentes e mulheres com filhos.

Nessa perspectiva, a particularidade do trabalho do imigrante internacional é real, mas não está separada das problemáticas que se apresentam hoje ao mundo do trabalho como um todo. A investigação dessa particularidade é necessária e complexa em um contexto como o brasileiro, onde as políticas de proteção ao trabalho se mostram insuficientes para conter os efeitos dos fenômenos da flexibilização, desregulamentação e terceirização colocados em movimento nas últimas décadas (ANTUNES, 2006, 2013; DRUCK; BORGES, 2002).

4 O recrutamento dos haitianos pela agroindústria da carne no Brasil

A partir dos levantamentos realizados pela pesquisa sobre as empresas contratantes e o número de trabalhadores contratados, a agroindústria da carne representa o setor que mais têm recrutado força de trabalho imigrante no Acre. A partir dessa identificação, o estudo seguirá tendo por foco a investigação sobre o modo como se estabelece a inserção deles nos processos de trabalho no Brasil, a partir da experiência dos imigrantes haitianos hoje empregados em larga escala nos abatedouros industriais de carne.

No caso dos imigrantes senegaleses, seguindo as mesmas tendências estruturais que norteiam o recrutamento de haitianos, a pesquisa distinguiu como movimento significativo o recrutamento deles também pela agroindústria da carne, mas em um segmento muito específico, que é o de frigoríficos com abate diferenciado, conhecido como halal, cuja produção se destina à exportação para o Oriente Médio, com o necessário cumprimento de rituais islâmicos no processo de abate. A contratação de senegaleses nesse processo de trabalho considera a sua condição religiosa de muçumanos, vez que nesses frigoríficos todos os procedimentos com o abate de animais devem ser realizados por muçumanos praticantes.

A pesquisa preliminar realizada sobre esse contexto revelou algumas características importantes sobre o recrutamento e a organização desse trabalhador imigrante, considerado a ponta mais visível do *iceberg* acerca da precarização das condições de trabalho no capitalismo hoje (ANTUNES, 2013; BASSO, 2013). Por meio de entrevistas e conversas informais com os agentes da administração do acampamento, representantes das empresas contratantes e imigrantes, alguns dos contornos do movimento de trabalhadores foram evidenciados.

A empresa interessada na contratação do imigrante, em geral, estabelece contato diretamente com o coordenador do acampamento em Brasília, que realiza a triagem do pessoal conforme as características indicadas pela firma. Além de considerar o perfil “homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização”, na seleção o coordenador também averigua o porte físico do imigrante, buscando avaliar a espessura das suas mãos e canelas, o que indica, segundo ele, se a pessoa está ou não acostumada com o trabalho pesado. Uma ou duas semanas após, os representantes dessa companhia chegam à cidade e ao abrigo para, então, organizar a viagem do grupo selecionado. Geralmente isso é feito em ônibus fretado, que vem da cidade de origem da empresa, apanha os imigrantes e retorna. Em situações que envolvem menor número de contratados, a empresa e o coordenador do acampamento estabelecem uma espécie de acordo,

a partir do qual ele fica encarregado de adquirir as passagens e embarcar os estrangeiros selecionados na rodoviária da cidade, com destino à cidade-sede da firma.

Já em casos de maior número de recrutamento, as empresas enviam uma equipe até a cidade de Brasília, que improvisa uma espécie de escritório dentro ou em área próxima ao acampamento, e realiza ela mesma a seleção criteriosa dos trabalhadores. A pesquisa chegou a acompanhar processos de triagem que envolviam tanto a observação do porte físico quanto a averiguação da genitália do imigrante, que segundo os agentes das empresas confirmava uma maior ou menor disposição física para o trabalho pesado.

De acordo com as regras de empregabilidade para estrangeiros haitianos no Brasil, a empresa define com o imigrante um contrato provisório pelo período de 45 dias, com remuneração de um salário mínimo mensal e possibilidade de renovação por mais 45 dias. Após esse período de 90 dias de experiência é que a empresa define a permanência ou não do funcionário no seu quadro (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO et. al, 2012). Além disso, na cidade onde vão trabalhar e morar, os imigrantes são alojados em uma residência administrada pela própria empresa, de maneira que a rotina de trabalho e vida do novo operário passa a ser ordenada e controlada por ela.

Os frigoríficos brasileiros, dadas as circunstâncias precárias de trabalho, com longas jornadas e elevado índice de doenças relacionadas a distúrbios mentais, quadros depressivos e pensamentos suicidas, têm tido dificuldades para contratar trabalhadores tradicionais. Por isso eles têm reforçado desde 2010 a contratação de índios e, mais recentemente, de imigrantes haitianos (PRIMI, 2013). A cidade de Chapecó, considerada o berço de um dos maiores grupos empresariais do setor, a Brasil Foods, conglomerado do ramo de produtos alimentícios e proteínas animais, surgida em 2009, da fusão da Sadia com a Perdigão, é um dos principais destinos de imigrantes recrutados no acampamento da Amazônia acreana.

O período do aumento nos casos de distúrbios mentais é o mesmo em que o Brasil se tornou o maior produtor global de carne. Nas últimas décadas, observou-se nessa atividade a intensificação crescente do ritmo de trabalho para cumprir metas diárias de produção. De acordo com dados do Ministério da Indústria e Comércio do Brasil e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, entre os anos 2000 e 2010 a receita de exportações brasileiras do segmento cresceram 696%, um aumento médio de 69,6% ao ano. Por outro lado, a estimativa é de que hoje, cerca de 20% dos 850 mil trabalhadores do segmento estejam doentes (PRIMI, 2013; REPÓRTER BRASIL, 2013).

Elementos como financeirização da produção e terceirização estão presentes na organização do setor. O trabalho parcelar, fragmentado, estruturado na decomposição

crescente das tarefas, reduzido a ações mecânicas e repetitivas, nos moldes do trabalho fundado no taylorismo-fordismo, é a condição marcante na seção de abate e corte dessa agroindústria. Apesar de o processo produtivo ter sido alvo de constantes inovações tecnológicas desde 1970, nem todas as etapas da produção industrial puderam ser mecanizadas. Assim, a atividade de cortes específicos de aves, por exemplo, continua a apresentar baixa incorporação tecnológica e boa parte do processo de trabalho é realizada manualmente, em intensos turnos, com o trabalhador em pé, em ambiente insalubre, baixas temperaturas, muita umidade, odor desagradável e ruído ensurdecedor (NELI; NAVARRO, 2013)

Conclusões preliminares

O movimento internacional de trabalhadores haitianos, desde o seu país de origem, passando pelo acampamento amazônico até o emprego precarizado na agroindústria da carne, tal como foi mapeado anteriormente, assume hoje características particulares e até inéditas no mundo do trabalho. Desse modo, a pesquisa teórico-empírica em curso pretende contribuir para a denúncia e reflexão sobre a nova morfologia do trabalho e a especificidade de sua manifestação no Brasil.

Fenômeno dos mais relevantes, seja na perspectiva histórica quanto na contemporaneidade, as migrações têm despertado estudos tanto a partir de interesses locais, nacionais, quanto internacionais. Redes de pesquisadores, centros, núcleos, grupos e projetos de pesquisa vêm se dedicando ao tema, procurando avançar no que se refere à interlocução com diferentes aspectos desses circuitos de pesquisa. Entretanto, no caso dos haitianos, as divulgações sobre as trajetórias, o drama social e a situação desses trabalhadores enfocam quase sempre o desastre ambiental e a imagem infortuna do país, sem a correspondente análise científica do seu significado.

Associado a isso também está o discurso da política externa brasileira, que, atrelada aos interesses e projetos da **Organização das Nações Unidas**, insiste em frisar o papel protagonista, humanista e solidário que o país vem desempenhando no Haiti ao liderar a Minustah. Esse discurso está enraizado nas próprias empresas empregadoras da força de trabalho haitiana, que ressaltam o seu papel social no acolhimento desses imigrantes e na própria restauração do Haiti. Considera-se, pois, que é papel do investigador atento aos problemas e transformações que se processam na sociedade capitalista e no mundo do trabalho, examinar as informações, fornecendo-lhes o devido esclarecimento científico crítico.

Pelas circunstâncias em que acontece o movimento de haitianos na Amazônia Ocidental, subsidiado por redes de transporte e tráfico de pessoas, e a maneira como isso tem sido gerenciado politicamente pelo Brasil, são elementos que podem contribuir para que essa imigração “represente um padrão precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro”, no qual a condição de imigrante, sem conhecimento da língua, sem documentos ou dinheiro, passa a incidir na própria divisão do trabalho (VILLEN, 2012, p. 6).

Ao receber, abrigar, alimentar e documentar esses imigrantes, parcialmente e em condições precárias, pensando sua humanidade apenas em termos de sobrevivência, o Estado brasileiro reforça esse circuito, pois prepara e organiza a força de trabalho para ser oferecida a baixo custo ao capital. Portanto, na Amazônia acreana foi configurado um campo de refugiados próprio ao Brasil, que concretamente assume a face de um verdadeiro mercado de força de trabalho, pobre, negra e barata, com limitadas possibilidades de resistência às formas de exploração, opressão e violência que o trabalho precário estabelece. Se esses imigrantes fugiram para o Brasil sob o espectro da fome, aqui eles passam a conviver sob o espectro do trabalho escravo contemporâneo, conforme as crescentes denúncias, ações e decisões judiciais de superexploração do trabalho na agroindústria da carne e na construção civil, envolvendo especialmente trabalhadores imigrantes (_____).

Ao buscar o significado sociológico desse movimento de trabalhadores, a pesquisa possibilitará o exame de formas especialmente violentas de exploração do trabalho associadas à nova configuração da acumulação capitalista, que desumanizam o trabalhador de forma inusitada, para assegurar a dinâmica de sua mundialização (ANTUNES, 2013; DRUCK, 2013; NELI; NAVARRO, 2013). Na sua dialética, mesmo baseado em tecnologias de última geração, o capital combina formas modernas de exploração do trabalho a formas arcaicas de extração de mais-valor supostamente ultrapassadas. No caso dos haitianos, essa combinação é agravada pela condição de extrema dependência e vulnerabilidade social em que eles são disponibilizados ao capital.

Referências

AGÊNCIA ESTADO. **Fome atinge dois terços dos haitianos**. São Paulo, 27 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ohoje.com.br/noticia/14210/fome-atinge-dois-tercos-dos-haitianos>> Acesso em: 12 ago. 2013.

ALBUQUERQUE, Liége. **Emprego informal é a maior alternativa aos haitianos**. Manaus, 20 out. 2013. Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/emprego-informal-e-a-maior-alternativa-aos-haitianos/>> Acesso em 30 out. 2013.

ALMEIDA, Eduardo. Cartas do Haiti: relatos da situação num país em luta pela sua soberania. **Resistir.info**, Portugal, 2 fev. 2010. Disponível em: <http://resistir.info/a_central/cartas_haiti.html> Acesso em: 15 ago. 2013.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - ACNUR. **Global Trends 2010**. Genebra, 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4dfa11499.html>> Acesso em: 10 dez. 2013.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - ACNUR. **Global Trends 2013**. Genebra, 2013. Disponível em: <http://unhcr.org/52af08d26.html?_ga=1.233829403.441405483.1388904812> Acesso em: 10 dez. 2013.

ALVES, Giovanni **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 83, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/431>> Acesso em: 30 ago. 2013.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRITO, Suzana. Ocupação do Haiti é agressão imperialista. **A nova democracia**, Rio de Janeiro, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-50/2040-ocupacao-do-haiti-e-agressao-imperialista>> Acesso em: 15 ago. 2013.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **Globalização da pobreza e a nova ordem mundial**. 2003. Lisboa: Caminho, 2003.

_____. Raízes históricas da crise social no Brasil – o papel do FMI. **Resistir.info**, Portugal, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://resistir.info/chossudovsky/brasil_21jun13.html> Acesso em: 15 ago. 2013.

CONNECTAS, 2013. **Pedido LAI sobre “visto humanitário” para haitianos**. São Paulo, 30 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/lei-de-acesso-a-informacao/24-pedido-lai-sobre-visto-humanitario-para-haitianos>>. Acesso em: 30 out. 2013.

COTINGUIBA, Geraldo C.; PIMENTEL, Marília L. Haitianos na Amazônia brasileira: relatos sobre Porto Velho. **Agência Adital**, Fortaleza, 2 dez. 2013. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=78927>> Acesso em: 10 dez. 2013.

DRUCK, Graça; BORGES, Angela. Tercerização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, jul./dez. 2002, p. 11-39.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GALEANO, Eduardo. Os pecados do Haiti. **Carta Maior**, São Paulo, 19 jan. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16342> Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. **As veias abertas da América Latina**. 48. ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2008.

G1. **Mais de 20 haitianos são resgatados em condições precárias em Cuiabá.** Cuiabá, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/06/mais-de-20-haitianos-sao-resgatados-de-alojamento-precario-em-cuiaba.html>> Acesso em: 30 out. 2013.

GLASS, Verena. Com ajuda do Brasil, Haiti pode virar maquiladora, diz ativista. **Carta Maior**, São Paulo, 2 ago. 2004. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=2442> Acesso em: 15 ago. 2013.

HALLWARD, Peter. Opção zero no Haiti. In: SADER, Emir (Org.). **Contragolpes**. Tradução de New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 219-242.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

TERRA. **Imigrantes haitianos recebem vacinas e carteiras de trabalho no Acre.** São Paulo, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/imigrantes-haitianos-recebem-vacinas-e-carteiras-de-trabalho-no-acre,7bc3d0283e41e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>> Acesso em: 30 out. 2013.

MACHADO, Altino. Haitianos relatam que encontraram corpos em decomposição durante fuga para o Brasil, diz antropóloga. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**, São Paulo, 5 jan. 2012. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/01/05/haitianos-relatam-que-encontraram-corpos-em-decomposicao-durante-fuga-para-o-brasil-diz-antropologa/>> Acesso em: 10 ago. 2013.

MAMED, Letícia Helena. **Amazônia Ocidental (1870-1970): o processo de incorporação do artesanato pela grande indústria na formação social do Acre**. 2005. 415p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2005.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Precarização estrutural e migração internacional de trabalhadores: a problemática dos haitianos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - SBS, 16., 2013, Salvador, **Anais**. Salvador: SBS, 2013a. Disponível em: <http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_trab-aceito-0025-1.pdf> Acesso: 12 out. 2013.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho e Migração Internacional: O Caso dos Haitianos na Amazônia Ocidental. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA - ALAS, 29., 2013, Santiago. **Anais**. Santiago: ALAS, 2013b.

MARX, Karl. **O Capital**. v. 1. 16. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO; INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS; COMPANHIA DE JESUS. **Guia de informações sobre trabalho aos haitianos**. Brasília: [s.ed.], 2012.

MOZINE, Augusto Cesar Salomão; FREITAS, Tiago Miguel D'Ávila Martins de; RODRIGUES, Viviane Mozine. **Migrações ambientais e direitos humanos: o discurso da mídia de massa e os haitianos na Amazônia**. 2012. Trabalho apresentado ao 7º Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos - Pós-Graduação e Pesquisa (ANDHEP), Curitiba, 2012.

NIDECKER, Fernanda. **Estrangeiros resgatados de escravidão no Brasil são 'ponta de iceberg'**. Londres, 13 mai. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130508_trabescravo_estrangeiros_fl.shtml>. Acesso em: 30 out. 2013

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2005.

PORTAL BRASIL. **Ação de fiscalização resgata 172 trabalhadores escravos em MG**. Brasília, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/11/acao-de-fiscalizacao-resgata-172-trabalhadores-escravos-em-mg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

PRIMI, Lilian. A dura vida dos deserdados globais. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 194, p. 30-34, abr. 2013.

_____. Índios na linha de produção. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 197, p. 20-23, ago. 2013.

REPÓRTER BRASIL. **Moendo Gente: a situação do trabalho nos frigoríficos**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/03/upfilesfolder_materiais_arquivos_moendo_gente_final.pdf> Acesso em: 30 ago. 2013.

SKROMOV, Lúcia; NUNES, Ana Lúcia. Haiti: comem a carnes, mas não querem roer osso. **Jornal A Nova Democracia**, n. 87, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-87>> Acesso em: 15 out.. 2013.

STOCHERO, Tahiane. **Sonho brasileiro aquece comércio de documentos e vistos falsos no Haiti**. São Paulo, 18 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/sonho-brasileiro-aquece-comercio-de-documentos-e-vistos-falsos-no-haiti.html>> Acesso em: 30 out. 2013.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 131-143, 2013.

VILLEN, Patrícia. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 8., 2012, Marília. **Anais**. Marília: Unesp, 2012. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/polarizacao.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2013